TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - TCE-GO

16/09/2024

SUMÁRIO

Integrante do Comitê Goiano do Pacto pela Primeira Infância, TCMGO participa de ato de compromisso dos candidatos à prefeitura de Goiânia com a causa 3

Levantamento do TCE-GO pretende mapear ações feitas em Goiás de enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes 4

Integrante do Comitê Goiano do Pacto pela Primeira Infância, TCMGO participa de ato de compromisso dos candidatos à prefeitura de Goiânia com a causa

Evento de assinatura da carta "Eu me comprometo com a Primeira Infância" aconteceu no TJ-GO, na manhã desta sexta-feira, 13.

Na manhã desta sexta-feira, 13, o presidente Joaquim de Castro e o vice-presidente Daniel Goulart compuseram a mesa da solenidade de assinatura da carta "Eu me comprometo com a Primeira Infância" pelos candidatos à prefeitura de Goiânia. O evento foi uma realização do Comitê Goiano do Pacto pela Primeira Infância, do qual o TCMGO é integrante, e ocorreu no Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO).

"Sabemos que a primeira infância é o período-chave para o desenvolvimento infantil, e investir nessa fase trará benefícios para toda a sociedade. Precisamos ressaltar a importância dessa iniciativa do comitê goiano, chamando os candidatos a prefeito à responsabilidade de implementar políticas públicas para o desenvolvimento integral das crianças. Agora é esperar que aquele ou aquela que tomará posse em janeiro de 2025, diante do compromisso firmado, venha materializar o que contém na carta assinada", disse o presidente do TCMGO, conselheiro Joaquim de Castro.

O auditor de controle externo, Roberto Coutinho, também participou do ato, que contou com a presença do presidente do TJ-GO, Carlos Alberto França e de representantes dos componentes do Comitê.

Todos os candidatos a prefeito presentes — Adriana Accorsi (PT), Sandro Mabel (União Brasil), Matheus Ribeiro (PSDB), Rogério Cruz (SOLIDARIEDADE), Professor Pantaleão (UP), Vanderlan Cardoso (PSD) e Fred Rodrigues (PL) — se comprometeram ao Pacto e assinaram a carta.

A carta "Eu me Comprometo com a Primeira Infância" contém 25 compromissos que os candidatos assumem, relacionados ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância (0 a 6 anos). Os compromissos incluem questões como o acesso à saúde para gestantes e crianças, educação de qualidade, transporte escolar, alimentação adequada, entre outros direitos relacionados à garantia de um desenvolvimento pleno e saudável de meninas e meninos

A iniciativa faz parte do trabalho do Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância, coordenado pelo MPGO e integrado por instituições como o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), a Defensoria Pública do Estado, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO) e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás (OAB-GO).

Promotoras e promotores de Justiça atuaram na mobilização dos candidatos para a assinatura dos compromissos, enfatizando a importância da primeira infância como um tema essencial nas políticas públicas.

Texto: **Roberto César**

Fotos: Léo Iran e Ascom TJ

PORTAL 6 - GO | 13/09/2024 11:32 | SITE

Levantamento do TCE-GO pretende mapear ações feitas em Goiás de enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes

Pedro Hara - 13 de setembro de 2024

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) realizará um levantamento para conhecer quais ações estão sendo desenvolvidas no estado para a prevenção e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

Os resultados integrarão o Levantamento Nacional de Enfrentamento à Violência Infantil, encabeçado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Serão levantadas as práticas desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO), pela Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás (DGPC-GO) e pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PM-GO).

Haverá um enfoque especial nas ações realizadas na primeira infância, para promover a articulação conjunta dos órgãos. O relatório final deve ser entregue até o dia 11 de dezembro deste ano.